Comissão de Gestão do Conhecimento (CGCON)

Jurisprudência Cível

id: 8128741

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA CÍVEL Nº 7/2024

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA

Presidente: DESEMBARGADOR CHERUBIN HELCIAS SCHWARTZ JÚNIOR

Organização: Serviço de Pesquisa, Análise e Publicação da Jurisprudência da Divisão de Organização de Acervos de Conhecimento - dicac@tjrj.jus.br

Rua Dom Manoel, 29, 2º andar, sala 207

Ementa número 1

IMPOSTO DE RENDA

PESSOA ACOMETIDA DE DOENÇA GRAVE

ISENÇÃO

REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO

DESCABIMENTO

APELAÇÃO. PROCESSO CIVIL E TRIBUTÁRIO. PRETENSÃO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA. AUTOR PORTADOR DE DOENÇA GRAVE (NEOPLASIA MALIGNA). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. INCONFORMISMO DA PARTE RÉ. Juízo de admissibilidade. Pedido subsidiário de afastamento da determinação de restituição de valores. Ausência de interesse recursal. Sentença que restou integrada, constando expressamente no decisum que julgou os embargos de declaração a supressão da condenação do Estado na repetição de indébito. Recurso conhecido em parte. No mérito, insurge-se o recorrente contra a sentença de procedência proferida em ação de conhecimento na qual o autor buscava a manutenção da isenção do desconto do imposto de renda retido na fonte incidente sobre seus proventos, tendo em vista ser portador de neoplasia maligna, com amparo no inciso XIV, artigo 6º, da Lei 7.713/88. In casu, restou incontroversa a doença grave, uma vez que o recorrido carregou aos autos a cópia do procedimento administrativo, no qual a Administração reconheceu o direito à isenção, tendo, entretanto, limitado o benefício ao prazo de cinco anos. A orientação do STJ, consolidada na Súmula 627, é no sentido de que "o contribuinte faz jus à concessão ou à manutenção da isenção do imposto de renda, não se lhe exigindo a demonstração da contemporaneidade dos sintomas da doença nem da recidiva da enfermidade". Evidente, portanto, que eventual cura da doença grave não justifica a revogação do benefício. Precedentes do STJ. Por outra perspectiva, há provas nos autos de que o recorrido permanece em tratamento, tendo, inclusive, se submetido a outro procedimento cirúrgico em 2021 para extração de câncer de pele. Magistrado a quo que agiu com acerto, não havendo qualquer violação ao princípio da separação dos poderes, uma vez que a Constituição Federal autoriza que, diante da ameaça ou lesão a direitos, o Poder Judiciário seja chamado a sanar tal violação, nos termos de seu art. 5º, XXXV. Nada obstante, assiste razão ao recorrente no que tange ao pedido de reforma da sentença com relação a sua condenação no pagamento das despesas do processo. O Estado é isento do pagamento de custas processuais, bem como da taxa judiciária, uma vez que sendo o F.E.T.J parte integrante da estrutura do Estado e, não possuindo personalidade jurídica própria, resta configurado o fenômeno da confusão, nos termos do artigo 381 do Código Civil. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

APELAÇÃO 0001481-24.2022.8.19.0001

SEXTA CAMARA DE DIREITO PUBLICO (ANTIGA 21ª CÂMARA

Des(a). ANDRE EMILIO RIBEIRO VON MELENTOVYTCH - Julg: 27/02/2024

Ementa número 2

INSTAGRAM

PERFIL HACKEADO

PRÁTICA DE CRIMES

INÉRCIA DA EMPRESA RÉ

DANO MORAL IN RE IPSA

MAJORAÇÃO

APELAÇÃO CÍVEL, RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, CUMULADA COM INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS EXORDIAIS ATACADA POR RECURSO DE APELAÇÃO INTERPOSTO SOMENTE PELA AUTORA. PLEITO DE MAJORAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUE NÃO MAIS SE QUESTIONA. AUTORA QUE TEVE SEU PERFIL NA REDE SOCIAL INSTAGRAM HACKEADO POR TERCEIRO, QUE PRATICOU GOLPES EM SEUS SEGUIDORES E LHE FEZ AMEAÇAS. EMPRESA RÉ QUE, MESMO APÓS SER NOTIFICADA PELA AUTORA ACERCA DO OCORRIDO, NÃO RESTABELECEU O ACESSO DA AUTORA E NEM BLOQUEOU O PERFIL, O QUE PERMITIU QUE OS FRAUDADORES CONTINUASSEM A APLICAR GOLPES, EM NOME DA DEMANDANTE, POR MAIS TEMPO, MANCHANDO SUA REPUTAÇÃO E A COLOCANDO EM RISCO. DANO MORAL CONFIGURADO IN RE IPSA. PRÁTICA DE CRIMES COM O NOME DA AUTORA NA PLATAFORMA DE SERVIÇOS DA EMPRESA RÉ. VERBA INDENIZATÓRIA FIXADA EM R\$5.000,00 (CINCO MIL REAIS), QUE, TODAVIA, SE REVELOU MÓDICA, EM DESCONFORMIDADE COM OS PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS DESTA EGRÉGIA CORTE DE JUSTIÇA ESTADUAL, RAZÃO PELA QUAL DEVE SER MAJORADA PARA R\$10.000,00 (DEZ MIL REAIS), VALOR QUE MELHOR ATENDE AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE E AO CARÁTER PREVENTIVO-PEDAGÓGICO-PUNITIVO DA REPARAÇÃO POR DANO MORAL. SENTENÇA QUE SE REFORMA EM PARTE. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

APELAÇÃO 0810944-78.2023.8.19.0208

PRIMEIRA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA 8ª CÂMARA

Des(a). AUGUSTO ALVES MOREIRA JUNIOR - Julg: 05/03/2024

Ementa número 3
PÓS-GRADUAÇÃO
INSCRIÇÃO PELO APLICATIVO WHATSAPP
DIPLOMA DE GRADUAÇÃO OBTIDO APÓS INÍCIO DO CURSO
CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO
DANO MORAL

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. PRETENSÃO DA AUTORA DE REATIVAÇÃO DA MATRÍCULA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO MINISTRADOS PELO RÉU, RESGUARDADAS AS MATÉRIAS JÁ CURSADAS, COM A EMISSÃO DOS DIPLOMAS RESPECTIVOS, BEM COMO O RECEBIMENTO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO RÉU. DIREITO DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO DO CDC. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DA AUTORA EM CURSOS OFERTADOS PELO DEMANDADO, POUCOS MESES ANTES DA CONCLUSÃO, SOB O FUNDAMENTO DE QUE NA ÉPOCA DA MATRÍCULA NÃO POSSUÍA O DIPLOMA DE GRADUAÇÃO. INSCRIÇÃO FEITA POR WHATSAPP, OCASIÃO EM QUE A PREPOSTA DO RÉU INFORMOU A DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA, INCLUINDO O "ATESTADO DE CONCLUSÃO DA FACULDADE", SEM QUALQUER RESSALVA, COLAÇÃO DE GRAU QUE É NECESSÁRIA À EXPEDIÇÃO DO DIPLOMA, NOS TERMOS DO ARTIGO 1º, § 1º., DA RESOLUÇÃO N.º 1, E ARTIGOS 16, INCISO I, ALÍNEA "J" E 25, § 2º., DA PORTARIA N.º 1.095, DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. RÉU QUE APESAR DE TER CIÊNCIA DE QUE A COLAÇÃO DE GRAU SE DARIA APÓS O INÍCIO DAS AULAS DOS CURSOS OFERTADOS PERMITIU A MATRÍCULA E A FREQUÊNCIA À AULAS. DIPLOMAÇÃO OBTIDA DURANTE O CURSO. INEXISTÊNCIA DE ÔBICE LEGAL À REATIVAÇÃO DA MATRÍCULA. DANO MORAL RECONHECIDO. VALOR FIXADO EM EXCESSO E QUE MERECE REDUÇÃO. REFORMA EM PARTE DA SENTENÇA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

APELAÇÃO 0805114-04.2022.8.19.0003
DECIMA TERCEIRA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA
Des(a). BENEDICTO ULTRA ABICAIR - Julg: 01/02/2024

Ementa número 4
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA
AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE
ANULAÇÃO DE ATOS SOCIETÁRIOS
DESCABIMENTO

APELAÇÃO CÍVEL. EMPRESARIAL. PEDIDOS DE ANULAÇÃO DE ATOS SOCIETÁRIOS, PRATICADOS NAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIAS DA COMPANHIA, NAS QUAIS SE DELIBEROU ACERCA DA RETENÇÃO DE PARTE DOS LUCROS AUFERIDOS NOS EXERCÍCIOS SOCIAIS FINDOS EM 2009, 2010 E 2011 E QUANTO A CAPITALIZAÇÃO DOS SALDOS DE RESERVA PARA INVESTIMENTOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2009 E 2010, ALÉM DA CONDENAÇÃO DA ACIONISTA CONTROLADORA E DOS ADMINISTRADORES AO RESSARCIMENTO PELOS ALEGADOS PREJUÍZOS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. APELO QUE MERECE ACOLHIDA. Questões preliminares e prejudiciais: a) Rejeição da prevenção arguida pelos Autores, ora Apelados (Resolução OE nº 01/2023); b) Ratificação da rejeição das preliminares de inépcia da inicial e de ilegitimidade passiva, repisadas pelos Réus, ora Apelantes, que já haviam sido enfrentadas pelo Juízo a quo em decisão saneadora prolatada sob a vigência do CPC/73, não recorrida. c) Rejeição à arguição de cerceamento de defesa pela ausência de novos esclarecimentos pelo Perito, com fundamento no disposto no art. 1013, § 3º, do CPC. (REsp nº 1.967.514). d) Resultado do processo de opção de venda de ações (nº 0103423-85.2011.8.19.0001), proposta pelos Autores, ao qual este feito foi distribuído por dependência., extinto pelo Superior Tribunal de Justiça, ante o reconhecimento da higidez da cláusula compromissória (REsp n. 1.569.422/RJ). e) Divergência acerca do prosseguimento desta demanda, no tocante ao pedido de ressarcimento, em decorrência da opção de venda de ações ter sido remetida à arbitragem, que se rejeita, vez ser juridicamente possível, em caso de procedência do pedido, a apuração do quantum debeat em eventual liquidação. Premissas: I) A lei societária não confere às nulidades o mesmo tratamento do Código Civil. (REsp n. 35.230/SP.) II) Natureza jurídica da Companhia e de sua Acionista Controladora, ambas de capital fechado. Supremacia dos poderes da assembleia geral, sendo incontroversa a distribuição de dividendos no mínimo legal. MÉRITO. Limites da lide, fixados no momento da propositura da demanda e do oferecimento da contestação. Inteligência dos artigos 329 e 336, do CPC. EXAME DAS DELIBERAÇÕES ASSEMBLEARES. Conduta contraditória do Primeiro Autor que se reconhece, na medida em que invoca nulidade com fundamento em procedimento de gestão por ele implementado enquanto Diretor-Presidente (1995-2007). As Assembleias Gerais Ordinárias deliberaram acerca do orçamento de capital, da aprovação de contas, da distribuição de dividendos e da constituição de reservas, enfim, todos os assuntos de interesse da Companhia, conforme poderes conferidos no art. 196, da LSA e no Estatuto Social. Apresentação em forma de sumário conforme previsão no art. 130, da LSA. Ausência de demonstração de qualquer ilegalidade. Poderes do Acionista Controlador, a quem compete a gestão, sendo inexigível a votação unânime. Frustração dos Autores que não se confunde com votação abusiva. Inexistência de qualquer das hipóteses previstas no art. 117, da LSA. Incontroversa valorização da empresa, com substancial aumento de capital social, o que beneficia os Autores, na condição de acionistas e frustra a alegação de prejuízo. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

APELAÇÃO 0370973-79.2012.8.19.0001
QUARTA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA 5ª CÂMARA
Des(a). DENISE NICOLL SIMÕES - Julg: 26/03/2024

Ementa número 5
I.T.B.I.
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL DA EMPRESA
INCORPORAÇÃO DE IMÓVEL
AUSÊNCIA DE FATO GERADOR

Apelação Cível. Direito Tributário. Mandado de Segurança. Cobrança de ITBI na hipótese de integralização do capital da empresa ré com a incorporação de imóvel. Ausência de fato gerador. Art. 156, II, CF/88, e art. 35, III, CTN. Transmissão de propriedade que depende de registro para se confirmar. Art. 1.245, CC. Entendimento do STF em sede de repercussão geral. Jurisprudência do STJ e do TJRJ. Descabido o lançamento e por conseguinte a própria cobrança da mora. Presença do Direito Líquido e certo. Concessão da Ordem. Parecer do Ministério Público pelo conhecimento, e, no mérito, pelo seu provimento, que aqui se acolhe. Recurso provido.

APELAÇÃO 0282078-93.2022.8.19.0001
SEGUNDA CAMARA DE DIREITO PUBLICO (ANTIGA 10ª CÂMARA
Des(a). JOSÉ CARLOS VARANDA DOS SANTOS - Julg: 12/03/2024

Ementa número 6
PENSÃO POST MORTEM
PENSÃO ESPECIAL
POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO
ABATIMENTO DE VALORES
CABIMENTO

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO POST MORTEM E ESPECIAL PAGAS A DEPENDENTE DE POLICIAL MILITAR. POSSIBILIDADE DE CUMULAÇÃO. A Autora ingressou em Juízo alegando que desde que começou a receber as pensões previdenciária e especial, decorrentes do óbito de servidor, policial militar, falecido em serviço, consta nos contracheques um desconto denominado abatimento pensão previdenciária, contra o que se insurge. Indeferimento do pedido liminar de cessação do desconto que é alvejado pelo presente recurso. In casu, a Autora comprovou a condição de beneficiária, bem como o recebimento da pensão por morte e especial, previstas nas Leis nº 285/79 e nº 2.153/72, respectivamente. Com efeito, verifica-se que as pensões previdenciária e especial possuem natureza distinta, tendo em vista que a última é de caráter indenizatório e a primeira contributiva. O Superior Tribunal de Justiça já manifestou o entendimento no qual se admite a cumulação das pensões previdenciária e especial. Todavia, a legislação instituidora da pensão especial, a despeito de permitir a cumulação, previu expressamente, em seu artigo 4º, o abatimento dos valores percebidos a título de outras pensões pagas, à época, pelo IPEG da pensão especial. Faz-se oportuno pontuar que não se aplica à hipótese dos autos a Lei nº 330/1980 e o Decreto Estadual nº 3.044/1980, eis que ambos regulam matéria referente à Polícia Civil. Portanto, ao menos neste momento processual, não restou comprovada a probabilidade do direito à percepção dos valores decorrentes da pensão especial, sem o desconto do valor percebido a título da prestação previdenciária. Manutenção da decisão que se impõe. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 0105816-63.2023.8.19.0000

OITAVA CAMARA DE DIREITO PUBLICO

Des(a). LEILA MARIA RODRIGUES PINTO DE CARVALHO E ALBUQUERQUE - Julg: 21/03/2024

Ementa número 7
MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS
TRANSPORTE GRATUITO
TRATAMENTO FISIOTERÁPICO
DIREITO À SAÚDE
GARANTIA CONSTITUCIONAL
TUTELA DE URGÊNCIA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PORTADOR DE DOENÇA CRÔNICA. FORNECIMENTO DE TRANSPORTE GRATUITO PARA TRATAMENTO FISIOTERÁPICO DIÁRIO. MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS. INDEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA. MATÉRIA AFETA À SAÚDE PÚBLICA. DIREITO FUNDAMENTAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 14, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 74/91 (ART. 2º) E LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS (ART. 143, II E V). AUSÊNCIA DE PREVISÃO DA ENFERMIDADE DA AUTORA NO ROL PREVISTO NO DECRETO Nº 5.960/2023 QUE NÃO PODE SERVIR DE ÓBICE AO TRATAMENTO MÉDICO, SOB PENA DE SE TORNAR INÓCUA A GARANTIA CONSTITUCIONAL. APLICAÇÃO DO VERBETE DE SÚMULA Nº 183, DESTA E. TJRJ. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS CONSTANTES DO ART. 300, DO CPC/15. REFORMA DA SOLUÇÃO DE 1º GRAU. RECURSO PROVIDO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO 0083216-48.2023.8.19.0000

QUINTA CAMARA DE DIREITO PUBLICO (ANTIGA 16ª CÂMARA

Des(a). MAURO DICKSTEIN - Julg: 07/03/2024

Ementa número 8
PARTO REALIZADO EM HOSPITAL MUNICIPAL
PROFISSIONAL DE SAÚDE
CONDUTA INVASIVA E CONSTRAÍDORA
EXPOSIÇÃO DE ADOLESCENTE
FALHA NO ATENDIMENTO MÉDICO
RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO MUNICÍPIO
DANO MORAL

APELAÇÃO CÍVEL. Indenizatória. Parte autora que alega a ocorrência de falha no atendimento médico em hospital da rede municipal de saúde. Sentença de procedência devidamente lastreada nas provas constantes dos autos. Prova idônea. Comportamento constrangedor e invasivo da funcionária do hospital que expôs a adolescente em situação delicada após o parto. Responsabilidade objetiva do Estado pelo dano causado. Dano moral fixado de forma justa e adequada à realidade fática do caso. Súmula nº 343 do TJRJ. Termo a quo dos consectários legais da condenação devidamente arbitrado, em observância às súmulas 54 e 362 do STJ. Reforma da sentença somente para consignar que, a partir de 09/12/2021, os consectários legais incidentes sobre a condenação imposta na sentença deverão observar a taxa SELIC. PARCIAL PROVIMENTO DO RECURSO.

APELAÇÃO 0435335-56.2013.8.19.0001

SEGUNDA CAMARA DE DIREITO PUBLICO (ANTIGA 10ª CÂMARA

Des(a). PEDRO SARAIVA DE ANDRADE LEMOS - Julg: 12/03/2024

Ementa número 9
AÇÃO DE DIVÓRCIO
PARTILHA DE BENS
ARBITRAMENTO DE ALUGUEL
COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FAMÍLIA

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DIVÓRCIO. RECONVENÇÃO PRETENDENDO O RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL ANTERIOR AO CASAMENTO, PARTILHA DE BENS E ARBITRAMENTO DE ALUGUEL POR USO EXCLUSIVO DO IMÓVEL. SENTENÇA QUE JULGOU PROCEDENTE O PEDIDO DECLARATÓRIO E DE PARTILHA. PORÉM, EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE COBRANÇA DE ALUGUÉIS, ENTENDEU QUE O JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA É ABSOLUTAMENTE INCOMPETENTE PARA APRECIÁ-LO. INCONFORMISMO DA RÉ/RECONVINTE. INOBTANTE A PRETENSÃO RECONVENCIONAL CONSISTA EM ARBITRAMENTO DE ALUGUEL, MATÉRIA ALHEIA AO DIREITO DE FAMÍLIA, A LEI nº 6.956/15 (LODJ) DIRIMIU A CONTROVÉRSIA ACERCA DO TEMA E ESTABELECEU EM SEU ARTIGO 43, I, "i", A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE FAMÍLIA PARA PROCESSAR E JULGAR DEMANDAS QUE ENVOLVAM EXTINÇÃO DE CONDOMÍNIO E ARBITRAMENTO DE ALUGUEL COMO CONSEQUÊNCIA DE PARTILHA DE BENS EM AÇÕES DE DIVÓRCIO ENTRE EX-CÔNJUGES.

ANULAÇÃO DO DECISUM QUE SE IMPÕE, DESARRAZOADO O AJUIZAMENTO DE AÇÃO AUTÔNOMA SOMENTE PARA ESSE FIM, UMA VEZ QUE JÁ RECONHECIDA A UNIÃO ESTÁVEL E DEFERIDA A PARTILHA NESTES AUTOS, PROVIMENTO DO RECURSO.

APELAÇÃO 0035334-41.2015.8.19.0204

DECIMA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA 1ª CÂMARA

Des(a). SERGIO RICARDO DE ARRUDA FERNANDES - Julg: 07/03/2024

Ementa número 10

PETROBRÁS

DERRAMAMENTO DE ÓLEO

VENDEDOR AMBULANTE

RESTRICÇÃO A ATIVIDADE LABORATIVA

DANOS MORAIS E MATERIAIS

APELAÇÃO CÍVEL. DANO AMBIENTAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA PROPOSTA EM FACE DA PETROBRAS OBJETIVANDO A PERCEPÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS EM RAZÃO DOS PREJUÍZOS CAUSADOS À ATIVIDADE LABORAL DE VENDEDOR AMBULANTE, DERRAMAMENTO DE ÓLEO NAS PRAIAS DE ARRAIAL DO CABO, RESTRICÇÃO DA ATIVIDADE LABORATIVA, SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARA CONDENAR A PARTE RÉ AO PAGAMENTO DO VALOR DE R\$ 800,00 A TÍTULO DE DANO MATERIAL, E JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO AUTURAL. - Versa o presente processo sobre ação indenizatória em que se pretende indenização por danos materiais no valor de R\$ 2.080,00 e por dano morais no valor de R\$10.000,00 em razão de incontroverso derramamento de óleo nas praias de Arraial do Cabo. - A sentença condenou a parte ré ao ressarcimento do dano material ao autor por 5 dias de impossibilidade de exercer sua atividade. Entretanto, impugna o autor sustentando que teve suas atividades paralisadas por 13 dias em decorrência do derramamento de óleo. - Consta nos autos documento comprovando que os trabalhos de limpeza das praias seguiram até o dia 11/04/2019, quando resíduos ainda estavam sendo recolhidos das praias por equipes do CDA. - Por certo, se ainda estavam sendo executados os trabalhos de limpeza nas praias para retirada de resíduos, a atividade turística e a frequência das praias foram reduzidas, o que impacta no exercício da atividade laboral do autor de vendedor ambulante. Desse modo, para fins de indenização deve-se considerar o período de 02 a 11 de abril, isto é, 10 dias. - Em relação aos danos morais, uma vez que em razão do dano ambiental o autor esteve privado de trabalhar e de prover a sua subsistência e de sua família, indiscutivelmente gera abalos psicológicos que ultrapassam a raia do mero aborrecimento, caracterizando danos morais. - Valor que se fixa em R\$2.000,00, segundo critérios de proporcionalidade e razoabilidade. PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO

APELAÇÃO 0000483-44.2022.8.19.0005

DECIMA PRIMEIRA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA

Des(a). TEREZA CRISTINA SOBRAL BITTENCOURT SAMPAIO - Julg: 26/03/2024

Ementa número 11

EXAME DE TIPAGEM SANGUÍNEA

LAUDO INCORRETO

PATERNIDADE BIOLÓGICA

TIPO SANGUÍNEO INCOMPATÍVEL

SEPARAÇÃO DO CASAL

FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

DANO MORAL IN RE IPSA

Apelação cível. Ação indenizatória. Resultado de exame de tipagem sanguínea da filha do autor com laudo incorreto. Tipo sanguíneo incompatível com o dos genitores. Situação que gerou instabilidade familiar. Teste de DNA e novo teste de tipagem sanguínea realizados quando da separação do casal. Erro verificado. Paternidade comprovada. Falha na prestação do serviço do laboratório. Responsabilidade solidária entre os réus. Cadeia de consumo. Artigos 7º, § único, e 25, §1º, ambos do CDC. Dano moral in re ipsa que se reconhece. Quantum indenizatório que é fixado em R\$ 5.000,00, em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Sentença reformada em parte. Recurso parcialmente provido.

APELAÇÃO 0008656-37.2020.8.19.0002

OITAVA CAMARA DE DIREITO PRIVADO (ANTIGA 17ª CÂMARA

Des(a). WAGNER CINELLI DE PAULA FREITAS - Julg: 19/03/2024

Corregedoria-Geral da Justiça

id: 8122214

PROCESSO SEI: 2024-06041371

CONVITE CGJ Nº 02/2024

CONVIDA os Juízes de Direito e os Servidores para participação na palestra sobre "O Poder Disciplinar Correcional".

O CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Desembargador **Marcus Henrique Pinto Basílio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XVIII, do artigo 22, da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 6.956/2015),

CONVIDA os Senhores Juízes de Direito e os Senhores Servidores para a palestra "O Poder Disciplinar Correcional", que será realizada no dia 10 de maio de 2024, das 11:00 horas às 13:00 horas, no Auditório da Corregedoria Geral da Justiça, Desembargador José Navega Cretton, localizado na lâmina I, 7º andar, do Fórum Central.